

CORREIO DAS REGIÕES

Divulgação Câmara de São Roque



Comissão analisa fatos ocorridos entre anos de 2024 e 2026

São Roque realiza oitivas da CPI do Banco Master nesta terça

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal de São Roque realiza nesta terça-feira (9), a sua sétima reunião. Na pauta estão as oitivas de Lisete de Fátima Oliveira e Rosana Teixeira de Carvalho, que integraram o Conselho Deliberativo do São Roque Prev em 2024. Os depoimentos fazem parte dos trabalhos conduzidos pelos vereadores para apurar questões relacionadas ao instituto de previdência municipal. A reunião será aberta ao público e também poderá ser acompanhada ao vivo pelos canais oficiais da Câmara de São Roque no YouTube e Facebook, além do site do Legislativo municipal. A expectativa é que os depoimentos contribuam para o andamento das investigações.

Audiência pública da LOA 2027

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo realiza nesta terça-feira (9), às 14h, audiência pública virtual para discutir a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. A reunião é voltada aos moradores das regiões de Sorocaba, Itapeva e Registro, que poderão apresentar sugestões para áreas como saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e meio ambiente. A participação será pela plataforma Teams.

Divulgação Câmara de Sorocaba



Raul manifesta preocupação com os impactos da decisão

Menos médicos nas UPAs de Sorocaba

O vereador Raul Marcelo (PSOL) protocolou requerimento na Câmara de Sorocaba cobrando explicações da Prefeitura sobre a redução do número de médicos nas UPAs da cidade. A medida atinge PAs como São Guilherme, Aparecidinha e Carandá. O parlamentar questiona os critérios adotados para os cortes, possíveis impactos no atendimento e eventual economia gerada. Segundo ele, a redução ocorre em um período de aumento dos casos de síndromes respiratórias e doenças cardiovasculares, o que pode ampliar filas e sobrecarregar os profissionais.

Casa Paulista libera mais R\$ 1 milhão

O Casa Paulista liberou mais R\$ 1 milhão em subsídios para a compra da casa própria na região de Sorocaba. Ao todo, serão oferecidas 95 Cartas de Crédito Imobiliário para famílias com renda de até três salários mínimos. Os benefícios serão destinados a empreendimentos em Botucatu, Itu, Sorocaba e Votorantim. As cartas variam entre R\$ 10 mil e R\$ 13 mil e são concedidas para aquisição do primeiro imóvel.

América Light

A Câmara de Bauru realiza nesta terça (9), às 9h, uma reunião pública para discutir o projeto que prevê a doação de uma área municipal à empresa América Light. O debate ocorre após vereadores levantarem dúvidas sobre a legalidade da destinação do terreno sem licitação. A votação da proposta foi adiada para o dia 15.

Debate sobre TEA

No período da tarde, a Câmara promove uma audiência para discutir um projeto que prevê a implantação permanente de ações de capacitação sobre Transtorno do Espectro Autista e outras neurodivergências na rede municipal. O encontro será realizado às 14h30 e conta com representantes do poder público, entidades e familiares.

Nova lei

Sorocaba passa a contar com a Semana Municipal Henrique Maderite de Conscientização sobre a Identificação de Sintomas de Infarto. A ação será realizada anualmente na semana do Dia Mundial do Coração, em setembro, para orientar a população sobre prevenção, sintomas e cuidados relacionados ao infarto.

Petrobras investe

A Petrobras abriu seleção pública para projetos de coleta de óleo de cozinha usado e vai destinar até R\$ 18 milhões para três iniciativas no interior paulista. As oportunidades contemplam regiões de São José dos Campos, Jacareí e Caçapava. Podem participar entidades sem fins lucrativos com experiência na coleta de resíduos, até 3 de julho.

Cras Móvel

A Prefeitura de Sorocaba levará os atendimentos do Cras Móvel à Vila Barão nesta quarta-feira (10). A unidade ficará na UBS Vila Barão, das 9h às 12h, oferecendo serviços como cadastro e atualização do CadÚnico, orientações sobre benefícios sociais e atendimentos socioassistenciais à população.

Oportunidades

O PAT de São José dos Campos inicia a semana com 457 vagas de emprego abertas. O destaque é para o cargo de operador de telemarketing, com 265 oportunidades. Também há vagas para atendente de lanchonete, vendedor praticista, soldador, motorista de betoneira e montador de estruturas metálicas.



Homens tentaram favorecer empresas em nomes de esposas

MP denuncia três servidores por ataque cibernético

São José do Rio Preto teve serviços públicos essenciais afetados

Por Redação

Três funcionários da Empresa Municipal de Processamento de Dados (EMPRO), de São José do Rio Preto, foram denunciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) sob acusação de utilizar os cargos que ocupavam para manipular dados e alterar sistemas de informação da autarquia municipal com o objetivo de obter vantagens indevidas.

A denúncia foi apresentada em 25 de maio pela promotora de Justiça Ana Carolina Macri Moraes. Os três homens são acusados pelos crimes de associação criminosa, invasão de dispositivo informático e inserção de dados falsos em sistema de informações.

Segundo o MP, os denunciados teriam criado uma estrutura paralela para exploração privada de recursos públicos, valendo-se do conhecimento técnico e do acesso privilegiado à infraestrutura crítica da EMPRO. Conforme a investigação, a atuação do grupo tinha como finalidade favorecer empresas registradas em nome das respectivas esposas dos acusados.

As apurações apontam que os funcionários teriam promovido um ataque cibernético interno planejado para simular a ação de hackers externos. De acordo com a denúncia, foram utilizadas ferramentas legítimas do sistema operacional para dificultar a

identificação dos responsáveis e prejudicar o trabalho investigativo.

Ainda segundo o MP, a ação resultou na criptografia simultânea de milhares de computadores e servidores, provocando a paralisação de serviços públicos considerados essenciais. O ataque afetou diretamente órgãos como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e o Hospital de Base, além de sistemas de prontuários eletrônicos e serviços de arrecadação municipal.

O Ministério Público destaca que a interrupção dos sistemas expôs a população a riscos imediatos, em razão dos impactos causados em áreas sensíveis da administração pública. A investigação também identificou supostas tentativas de destruição de provas e de ocultação de rastros digitais após o início das apurações.

Na denúncia, a promotora requereu à Justiça o bloqueio de bens, veículos e ativos financeiros dos acusados e das empresas investigadas. Também foi solicitado o estabelecimento de um valor mínimo para reparação dos danos causados ao erário municipal. "A conduta dos denunciados resultou na obtenção de dados sigilosos, na adulteração e destruição de dados e prejuízo econômico para o erário", afirmou a promotora.

O caso segue para análise do Poder Judiciário, que decidirá o recebimento da denúncia.